

EDITORIAL DE AGOSTO:

QUAL O SENTIDO DO “DIA D” NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO?

O dia 02 de agosto de 2018 foi escolhido como sendo o **Dia D** para discussão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas escolas de Ensino Médio em todo o Brasil. Para esse evento, o Ministério da Educação (MEC), o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) organizaram um material, de caráter formativo, para conduzir o debate sobre a BNCC nas escolas. Segundo os encaminhamentos, as atividades propostas possibilitam a participação de todos no processo de implementação da BNCC, assim, os professores terão a oportunidade de propor sugestões e melhorias.

Qual o significado da expressão “**Dia D**”? Ao fazer uma pequena busca, encontrei o significado militar, de acordo com o qual a letra D se refere a palavra inglesa *Day*, assim o termo é utilizado para indicar o dia de um ataque ou uma operação que deve ser iniciada. Para os organizadores, “**Dia D**” significa o dia do debate nas escolas. Porém, compreendendo a formação como processo, não acredito que em 4h, conforme o roteiro proposto, será possível refletir, aprofundar conhecimentos ou discutir propostas.

Vamos então observar as quatro atividades do **Dia D** disponíveis no site do Ministério da Educação. A primeira é uma apresentação dos pressupostos e da organização da BNCC por meio de vídeo disponível no *youtube*, a segunda atividade é uma discussão sobre o cidadão que queremos formar e a terceira, sobre as competências propostas para a educação básica. A quarta atividade é a análise da proposta da BNCC, na qual os professores, divididos em grupos, por área do conhecimento, irão preencher um formulário indicando o nível de adequação de cada objetivo de aprendizagem.

Ao analisar o conteúdo dos vídeos disponibilizados para os professores, surgem diversas inquietações sobre as necessidades da reforma. Um dos vídeos que são utilizados no momento “formativo” dos professores do Ensino Médio apresenta dados como a alta evasão dos estudantes, que em 2016, alcançou a marca de 26%; o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) abaixo da meta nos últimos cinco anos; e os 1,7 milhões de jovens brasileiros entre 15 e 24 anos que não estudam e nem trabalham. Esses dados realmente permitem inferir que o Ensino Médio no Brasil carece atenção. Porém, dizer que as causas se limitam à falta de conexão entre o que se aprende na escola e as necessidades do mundo atual, não me parece ser suficiente para justificar as reformas nesse nível de ensino. Nesse cenário precisamos incluir, além das condições

socioeconômicas e de distribuição de renda no país, questões como a formação inicial e continuada dos professores; as precárias condições de trabalho; a infraestrutura necessária para um ensino e aprendizagem de qualidade. O que parece é que a escola e seus professores são responsáveis pela evasão e pelos baixos índices de desempenho.

Não podemos negar os problemas e que uma reforma se faz necessária, mas entendemos que devem ser tratados de forma ampla, tendo em vista a complexidade da realidade. Ao considerar os aspectos relacionados a escola, podemos salientar que o professor poderia articular melhor o seu trabalho na escola se tivesse uma remuneração digna e não precisasse dar aulas em diversas instituições de ensino; se o acesso à *internet* fosse uma realidade em todas as escolas; se houvesse tempo para planejar e discutir o projeto político pedagógico de forma coletiva; se tivesse acesso à formação continuada de qualidade. O que temos são escolas em situação de fracasso, utilizando um termo cunhado por Bernard Charlot, pela falta de condições objetivas e de um projeto educacional que garanta o direito do jovem à aprendizagem.

Não podemos esquecer de que a política curricular é um espaço público, o que significa aceitar que a escola é um local de tomada de decisões que não podem ficar apenas no âmbito do ministério da educação ou secretarias de educação. Professores, pais, alunos e demais profissionais que atuam nas escolas são produtores de discursos, dão significado ao contexto escolar e devem ser chamados a posicionar-se diante das reformas. Infelizmente esses atores nem sempre são reconhecidos.

A reforma proposta para o Ensino Médio é muito mais do que a proposição dos objetivos de aprendizagem em cada área do conhecimento, consiste também na ampliação da carga horária, na oferta de itinerários formativos, na definição de disciplinas obrigatórias. Porém, infelizmente essas não são questões debatidas no **Dia D**. Assim o sentido do **Dia D** não é de debate, mas de legitimação do que está posto. Como professora e pesquisadora, parto do pressuposto de que a democracia não se caracteriza apenas por oferecer oportunidades para escolhas ou sugestões, mas por possibilitar a real participação de todos no processo para que possamos promover uma formação intelectual, por meio de diferentes saberes fundamentais a todos os jovens no Ensino Médio.

Jane Mery Richter Voigt

Professora do PPGE da UNIVILLE